

AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.568.535 - SP (2019/0253164-3)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
AGRAVANTE : FERNANDO HENRIQUE DE ARAUJO
ADVOGADO : EDERVEK EDUARDO DELALIBERA - SP125035
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL PENAL. DECISÃO AGRAVADA. FUNDAMENTOS. IMPUGNAÇÃO. AUSÊNCIA. INCIDÊNCIA. SÚMULA N.º 182 DO STJ. AGRADO REGIMENTAL NÃO CONHECIDO.

1. A decisão agravada não conheceu do agravo em recurso especial, por não ter impugnado os fundamentos utilizados pelo Tribunal de origem para inadmitir o recurso especial. A Defesa, entretanto, não refutou a aludida fundamentação, mas voltou-se contra o acórdão proferido pelo Tribunal de origem, repisando as razões de mérito deduzidas no apelo nobre.

2. Ao buscar desconstituir a fundamentação do acórdão proferido pelo Tribunal *a quo*, e não a decisão que não conheceu do agravo em recurso especial, a Defesa acabou por tornar manifestamente inadmissível o presente agravo regimental, uma vez que não impugnou especificamente o fundamento da decisão cuja reforma é pretendida, segundo previsão do art. 932, inciso III, do Código de Processo Civil, c.c o art. 3.º do Código de Processo Penal, bem assim pela incidência da Súmula n.º 182 do Superior Tribunal de Justiça.

3. Não ultrapassado o juízo de admissibilidade dos recursos, é inviável análise das questões de mérito neles deduzida.

4. Agravo regimental não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, não conhecer do agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora. Os Srs. Ministros Sebastião Reis Júnior, Rogerio Schietti Cruz, Nefi Cordeiro e Antonio Saldanha Palheiro votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 12 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora